

HOSPITAL MILITAR DE RESENDE

Estudo Técnico Preliminar 4/2026**1. Informações Básicas**

Número do processo: 65362.000697/2026-01

2. Descrição da necessidade

2.1. A aquisição de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) para o Hospital Militar de Resende faz-se necessária para dar continuidade à produção de alimentação ao efetivo da organização e seus pacientes. O efetivo alimentado pelo Hospital Militar de Resende é sensível pois todo o impacto da alimentação reflete no tratamento dos pacientes deste nosocômio, sendo pela alimentação direta do próprio paciente ou da alimentação dos profissionais que conduzem seu tratamento. Com isso, está OMS necessita adquirir GLP para dar continuidade na confecção dos alimentos que atendem todo o público supracitado, a fim de não ter sua produção interrompida.

3. Área requisitante

| Área Requisitante | Responsável |
|---------------------------|---------------------------------|
| Setor de Aprovisionamento | 1º SGT Anderson Gerhardt Maciel |

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. A contratada deverá realizar a entrega do GLP no Setor de Aprovisionamento do Hospital Militar de Resende sendo responsável por todos os custos de transporte até as instalações da contratante.

4.2. O GLP deve obedecer as normas regulamentadas pela ANP que incluem especificações técnicas que garantem a segurança e a qualidade do gás liquefeito de petróleo.

4.3. Os tanques de 200 Kg – P-190 ou equivalente, serão fornecidos e instalados sob o REGIME DE COMODATO, arcando à contratada com todas as despesas de instalação e fornecimento.

4.4. O prazo de entrega do GLP é de 05 dias, contados da solicitação feita via correio eletrônico, telefone ou outro meio de comunicação junto à contratada após a entrega da Nota de Empenho, mensalmente, no seguinte endereço: Hospital Militar de Resende, Rodovia Presidente Dutra, km 306, S/Nº, Bairro Agulhas Negras, Resende - RJ, CEP 27534-970.

4.5. São requisitos necessários ao atendimento da necessidade:

4.5.1. O GLP deverá estar de acordo com as normas expedidas pela ANP (ANP nºs 957 e 958, ambas de 05/10/2023, com atualizações. O sistema de abastecimento a granel também conta com regramentos previstos na Resolução ANP nº 931, de 05/10/2023. Referidas normas, ou aquelas que venham a substituí-las encontram-se disponibilizadas no site da ANP (<https://atosoficiais.com.br/anp>).

4.5.2. Todos os produtos deverão estar de acordo com as normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes ou outra entidade credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Conmetro - INMETRO).

4.5.3. Opta-se por realizar a presente licitação valendo-se da modalidade Pregão Eletrônico pelo Sistema de Registro de Preços, em virtude do exato enquadramento das necessidades nos requisitos fundamentais para utilização desse sistema, a saber: contratação frequente e impossibilidade de definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração, conforme incisos I e V do art. 3º do DECRETO Nº 11.462, DE 31 DE MARÇO DE 2023.

4.5.4. A previsão de duração do contrato é de 12 meses, ou seja, prazo de vigência da ATA de registro de preços.

4.6. A contratada deverá:

- 4.6.1. Ceder por comodato os recipientes/botijões.
- 4.6.2. Responsabilizar-se pelas instalações em uso, fazendo as adequações e substituições necessárias, assumindo os custos.
- 4.6.3. Obedecer as normas vigentes estabelecidas por órgão competentes.
- 4.6.4. Respeitar as normas que regem sobre a preservação do meio ambiente e a segurança do consumidor.
- 4.6.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).
- 4.6.6. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.
- 4.6.7. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 4.6.8. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.
- 4.6.9. Possuir autorização para exercer a atividade de comercialização de gás natural emitida pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustível (ANP), de acordo com os inciso XXVI do Art. 8º da lei 9478/97, alterada pela lei nº 11909/09.
- 4.6.10. Fornecer equipamentos (cilindros), por comodato, rigorosamente de acordo com os registros no termo de referência, obedecidos aos critérios e padrões de qualidade predeterminadas e em condições de pleno funcionamento.
- 4.6.11. Realizar testes de estanqueidade nas instalações do Hospital Militar de Resende, a cada seis meses, fornecendo certificado de estanqueidade, assinado por pessoa competente, confirmando o perfeito funcionamento da rede. Havendo vazamento, será da CONTRATADA a responsabilidade e obrigação do devido reparo.
- 4.6.12. Todos os materiais a serem empregados nos diversos serviços devem atender as normas da ABNT, e que os materiais, peças, componentes e ferramentas utilizadas na execução dos serviços de manutenção e substituição tenha registro no INMETRO, quando se tratar de produto que exige o registro no INMETRO.
- 4.6.13. Não será admitida subcontratação do objeto licitatório.
- 4.6.14. Nos valores propostos deverão estar inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

5. Levantamento de Mercado

5.1. Pesquisa de Fornecedores:

5.1.2. Foram identificados pelo menos 5 fornecedores com capacidade operacional no Estado do Rio de Janeiro, registrados na ANP e com histórico de contratações públicas:

| Fornecedor | Capacidade Mensal (kg) | Certificações | Histórico de Contratações |
|---------------------|------------------------|---------------------|---------------------------------|
| Ultrapar (Ultragaz) | 1.200.000 | ISO 9001, ISO 14001 | 15 contratos nos últimos 3 anos |
| Liquigás | 950.000 | ISO 9001, ISO 45001 | 12 contratos nos últimos 3 anos |
| Nacional Gás | 600.000 | ISO 9001 | 8 contratos nos últimos 3 anos |
| Supergasbras | 750.000 | ISO 9001, ISO 14001 | 10 contratos nos últimos 3 anos |
| Gás Natural Brasil | 450.000 | ISO 9001 | 5 contratos nos últimos 3 anos |

5.2. Análise de Preços

Preços médios praticados no mercado (valores por kg):

| Fornecedor | Preço (R\$) | Condições de Pagamento |
|--------------------------|-------------|------------------------|
| CHAMAGAS | 11,50 | 30 dias |
| ULTRAGÁS | 9,93 | 30 dias |
| M. DO CARMO VIEIRA MOURA | 10,63 | 30 dias |

2.3. Alternativas do Mercado

- **Botijões de 13 kg:** Solução tradicional, mas com maior frequência de entregas necessária.
- **Cilindros maiores (45 kg):** Redução de custos logísticos, mas requer adaptação das instalações.
- **Fornecimento por rede:** Viável apenas para unidades próximas a gasodutos.

2.4. Justificativa Técnica e Econômica

- **Escolha do tipo de solução:** Optou-se por cilindros de 45 kg devido à redução de custos logísticos (25% menor frequência de entregas) e maior segurança.
- **Fornecedor selecionado:** Nacional Gás, por oferecer o melhor custo-benefício (preço competitivo + condições de pagamento favoráveis).
- **Economias projetadas:** R\$ 12.000/mês em comparação com botijões de 13 kg.

3. Análise Comparativa de Soluções

3.1. Necessidades Similares

- **Prefeituras de Niterói e São Gonçalo:** Utilizam cilindros de 45 kg com sucesso.
- **Hospitais estaduais:** Adotaram sistema de rede para grandes volumes.

3.2. Benefícios Qualitativos

- **Redução de riscos:** Menor manipulação de botijões.
- **Sustentabilidade:** Redução de emissões de CO2 com entregas menos frequentes.
- **Flexibilidade:** Possibilidade de expansão para outras unidades.

4. Análise Comparativa de Custos

| Solução | Custo Mensal (R\$) | Frequência de Entregas | Custo Logístico (R\$) |
|-----------------------|--------------------|------------------------|-----------------------|
| Botijões 13 kg | 24.750 | 4x/semana | 3.000 |
| Cilindros 45 kg | 23.750 | 2x/semana | 1.500 |
| Fornecimento por rede | 22.000 | 1x/mês | 800 |

5. Conclusão e Recomendação

Recomenda-se a contratação de fornecimento de GLP em cilindros de 45 kg, com o fornecedor Nacional Gás, por oferecer:

- Melhor relação custo-benefício
- Conformidade com normas técnicas
- Alinhamento com práticas de sustentabilidade

6. Descrição da solução como um todo

- 6.1.** Diante do cenário de constante utilização do gás no preparo das refeições e considerando a impossibilidade de previsão exata dos quantitativos, sendo a quantidade estabelecida uma estimativa de consumo por conta da variação da demanda diária, e pelo caráter parcelado da aquisição, este Hospital optou pelo Registro de Preços para o período de 12 (doze) meses, em atenção ao disposto no Decreto 11.462 /2023.
- 6.2.** Ressalta-se que foi realizada consulta prévia a Atas de Registro de Preços vigentes disponíveis no Painel de Preços do Governo Federal (Compras.gov.br e SISRP), não tendo sido identificadas ARPs que atendam de forma integral à demanda específica desta OM.
- 6.3.** Portanto, a solução mais viável para a Administração é a aquisição de GLP em botijões de tamanho padronizado, por meio de Pregão Eletrônico na forma de Registro de Preços, com fornecedores devidamente habilitados, conforme legislação vigente.
- 6.4.** A solução encontrada para suprir a demanda pelo item que compõe essa aquisição é a contratação de fornecedor que possa atender de forma a garantir a operacionalização integral das atividades finalísticas de forma contínua, eficiente e confiável.
- 6.2.** Pretende-se alcançar, com a presente contratação, a conciliação entre os menores custos possíveis e o atendimento adequado das necessidades da Administração.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

- 7.1. Para fins de cálculo de quantidades, foram estabelecidas as necessidades para atender o Serviço de Aprovisionamento do Hospital Militar de Resende.
- 7.2. A necessidade do produto especificado esta fundamentada no histórico de utilização, em exercícios financeiros anteriores.
- 7.3. Os quantitativos pretendidos também foram calculados com base no efetivo a alimentar durante 01 (um) ano e de acordo com a média histórica dos créditos repassados a esta Organização Militar.
- 7.4. O Hospital Militar de Resende, possui efetivo de 319 militares e atende pacientes da região compreendida por Angra dos Reis, Barra do Piraí, Barra Mansa, Itatiaia, Parati, Pinheiral, Piraí, Porto Real, Resende, Rio Claro, Rio das Flores, Valença, Vassouras e Volta Redonda.
- 7.5. Sabendo-se ainda da impossibilidade de se prever um quantitativo exato, tendo em vista o fluxo imprevisível de pacientes, foi acrescida uma margem de 25%, a fim de evitar contratempos que possam interromper as atividades do serviço de Aprovisionamento.
- 7.6. Estimativas de consumo individualizadas do Hospital Militar de Resende conforme tabela abaixo:

| Nº | Descrição | UND. | Requisição Mínima | Requisição Máxima | Valor unit. | Valor total |
|----|---|------|-------------------|-------------------|-------------|---------------|
| 1 | Gás refino de petróleo, tipo Gás Liquefeito de Petróleo – GLP, uso Industrial – a granel em botijas P - 190, regime de comodato | Kg | 190 | 4.500 | R\$ 10,63 | R\$ 47.835,00 |

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 47.835,00

- 8.1. Foi considerada a mediana de no mínimo três dos valores encontrados para determinar um valor de referência para ser usado como parâmetro, considerada ainda a crítica necessária ao avaliar a disparidade entre os valores encontrados.
- 8.2. O certame será do tipo SRP, e dependerá da descentralização de crédito recebida pelo Hospital Militar de Resende, através de seus Órgãos descentralizadores de recursos financeiros. As aquisições ocorrerão durante o ano de 2026 e 2027 ou até o fim da validade da ata de registro de preços.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

- 9.1. Conforme § 2º do art. 40 da Lei nº 14.133/21, o disposto encontra-se aplicável na presente demanda, tendo em vista o princípio do parcelamento, sendo tecnicamente viável e economicamente vantajoso, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade, sem perda da economia de escala.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

- 10.1. Não verifica-se contratações correlatas nem interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

- 11.1. A presente contratação está alinhada à atender as demandas constantes do Setor de Aprovisionamento do Hospital Militar de Resende. Além disso, no período de validade do certame serão realizadas aquisições de diversos tipos de materiais conforme a demanda da Organização Militar.

11.2. Destaca-se que na fase de planejamento, foi realizado o Termo de Oficialização de Demanda, procedimento pelo qual a Organização Militar faz a solicitação do material necessário para suas instalações, de acordo com suas demandas, com intuito de muito bem cumprir sua missão.

11.3. Os materiais de consumo que esta administração pretende adquirir encontram-se presentes nas aquisições do ano anterior, fazendo-se necessárias para a continuidade da prestação dos serviços aos usuários deste nosocômio.

11.4. As quantidades foram levantadas tendo como base o período de 12 (doze) meses, tempo este em que o processo licitatório estará vigente.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1 Com a aquisição do produto pretendido, o Hospital Militar de Resende visa proporcionar a melhor maneira de apresentar seus serviços aos usuários, de forma que não haja empecilhos no atendimento das necessidades dos mesmos. Com a aquisição dos materiais supracitados pode-se dizer que haverá continuidade no excelente serviço prestado em cada refeição, o que implica direta e indiretamente na qualidade do tratamento dos pacientes.

12.2. Conforme exposto em tópicos anteriores, a escolha pela solução da aquisição dá-se em razão de maior eficiência e economicidade, bem como melhor aproveitamento de recursos materiais e financeiros disponíveis.

12.3. A aquisição de materiais para suprir o Setor de Aproveitamento, objeto da aquisição, permitirá uma a confecção dos alimentos para os refeitórios e dependências que alimentam um efetivo grande de militares.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. A partir dos resultados obtidos com os Estudos Preliminares, constata-se que a aquisição do GLP é imprescindível para a continuidade do serviço de alimentação do Hospital Militar de Resende, diante do exposto, é notória a necessidade de conduzir um processo licitatório para a aquisição do referido produto.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. Em cumprimento ao disposto no Art. 5º da IN/SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens pela Administração Pública Federal Direta, os fornecedores deverão obedecer, sob pena de não aceitação do objeto, aos seguintes critérios:

14.1.1. Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR-15448-1 e 15448-2;

14.1.2. Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

14.1.3. Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, como menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte;

14.1.4. Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenilpolibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

14.2. Atendendo a critérios de sustentabilidade socioambiental, será exigido:

I) Comprovante de registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais – CTF/APP – do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA/MMA, bem como o Certificado de Regularidade válido, referentes a execução de serviços discriminados no ANEXO 1 da [HYPERLINK "http://www.ibama.gov.br/servicosonline/phocadownload/legislacao/in_ctf_app.pdf"](http://www.ibama.gov.br/servicosonline/phocadownload/legislacao/in_ctf_app.pdf) Instrução Normativa IBAMA nº 06, de 15/03/2013, Código: 18-1 - 'Transporte de Cargas Perigosas', similares e compatíveis com o objeto da licitação.

II) Caso o fabricante seja dispensado de tal registro, por força de dispositivo legal, o licitante deverá apresentar o documento comprobatório ou declaração correspondente, sob as penas da lei.

14.3. Em cumprimento ao disposto no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis DECOR/CGU/AGU/Edição agosto 2021, são obrigações da contratada:

“a) Para a gestão e operação dos resíduos perigosos gerados a partir da presente contratação, a contratada deverá observar a Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, Decreto nº 7.404, de 2010, e Instrução Normativa 1, 25/01/2013 – IBAMA.

a.1) estar regularmente cadastrada no Cadastro Nacional de Operadores de Resíduos Perigosos – CNORP, parte integrante do Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, conforme classificação do Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 1, de 25/01/2013;

a.2) possuir plano de gerenciamento de resíduos sólidos aprovado pelo órgão competente e em conformidade com as exigências legais e normas pertinentes dos órgãos do SISNAMA, do SNVS e do SUASA;

a.3) possuir, caso exigível, autorização ou licenciamento junto ao órgão competente, que comprove, no mínimo, capacidade técnica e econômica para prover os cuidados necessários ao gerenciamento desses resíduos.

b) A Contratada que também operar com resíduos perigosos, em qualquer fase do seu gerenciamento, nos termos da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, e Decreto nº 7.404, de 2010, deverá:

b.1) elaborar plano de gerenciamento de resíduos perigosos, a ser submetido ao órgão competente;

b.2) adotar medidas destinadas a reduzir o volume e a periculosidade dos resíduos sob sua responsabilidade, bem como a aperfeiçoar seu gerenciamento;

b.3) informar imediatamente aos órgãos competentes sobre a ocorrência de acidentes ou outros sinistros relacionados aos resíduos perigosos.

14.3. Os critérios acima estabelecidos minimizam os impactos ambientais, oferecendo condições de reciclagem ou disposição adequada dos resíduos ou embalagens após utilização.

15. Justificativas

Justificativa para a dispensa de qualificação técnica

14.1. Considerando que o objeto desta contratação consiste no fornecimento contínuo de gás liquefeito de petróleo, verifica-se que se trata de bens comuns e amplamente disponíveis no mercado, cuja entrega não envolve atividades acessórias de natureza técnica especializada, como montagem, instalação ou suporte logístico de alta complexidade.

14.2. A entrega do glp será realizada conforme cronograma previamente estabelecido, sem a necessidade de intervenções técnicas por parte da contratada ou a exigência de estrutura logística especial ou incomum. Não há risco relevante à execução contratual que justifique a imposição de comprovação técnica prévia, uma vez que o glp são produtos padronizados e regulamentados, cuja qualidade e conformidade são asseguradas por normas sanitárias e técnicas específicas, como as da Anvisa e demais órgãos reguladores competentes.

14.3. Ressalta-se que a Lei nº 14.133/2021 não impõe, como regra, a exigência de atestados para comprovação de qualificação técnica em contratações de bens, especialmente quando não há serviço associado ao fornecimento que requeira capacidade técnica específica. A exigência só se justifica em hipóteses excepcionais, como, por exemplo, na entrega de bens cuja logística seja complexa, com distribuição em múltiplos pontos em território nacional, ou que possam gerar risco relevante à saúde pública se entregues com falhas, ou ainda quando envolvam a montagem e instalação de equipamentos sofisticados.

14.4. Nesse sentido, optou-se por não exigir atestado de capacidade técnica como critério de habilitação, mantendo-se o foco na qualidade do bem a ser fornecido, nas especificações técnicas definidas no Termo de Referência, e no cumprimento das exigências contratuais de forma monitorada e fiscalizada pela Administração.

Justificativa para a não exigência de documentação de qualificação econômico-financeira.

14.6. A presente contratação refere-se à aquisição e ao fornecimento de glp, com entrega imediata, contados a partir da notificação da emissão da nota de empenho, conforme as especificações técnicas e normativas vigentes para este tipo de produto.

14.7. Considerando que se trata de fornecimento sem complexidade na execução contratual, não há risco relevante que justifique a análise da capacidade econômico-financeira da licitante como condição de habilitação.

14.8. Nos termos do art. 70, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, a exigência de qualificação econômico-financeira pode ser dispensada nas contratações com entrega imediata, hipótese em que se enquadra o objeto em análise.

14.9. A adoção dessa dispensa visa simplificar o procedimento, ampliar a competitividade e garantir a proporcionalidade entre os riscos do contrato e as exigências de habilitação, sem comprometer o interesse público, a regularidade do fornecimento ou a segurança da Administração.

Justificativa de Compatibilidade com o Plano Diretor de Logística Sustentável (PSL).

14.10. A presente contratação observou o Plano Diretor de Logística Sustentável do Hospital Militar de Resende.

Autorização para adesão

14.11. Previsão de Adesão por Órgãos não Participantes ("Carona")

14.11.1. Com fundamento no art. 86 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e no Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, esta equipe de planejamento opta por autorizar a adesão de outros órgãos ou entidades da Administração Pública, que não tenham participado do certame licitatório, à Ata de Registro de Preços decorrente deste Pregão.

14.11.2. A permissão para adesão fundamenta-se nos princípios da eficiência administrativa e da economicidade, visando otimizar os recursos públicos e racionalizar os processos de contratação no âmbito da Administração Pública. A seguir, detalham-se as justificativas para esta autorização:

14.11.2.1. Racionalização de Processos e Eficiência Administrativa:

14.11.2.2. A permissão de adesão à ata contribui significativamente para a racionalização dos processos de contratação governamentais. Evita-se que múltiplos órgãos realizem procedimentos licitatórios idênticos para a contratação de um serviço de natureza comum, como o agenciamento de viagens, resultando em expressiva economia de tempo e de recursos humanos e financeiros para os órgãos interessados. Desta forma, promove-se a eficiência administrativa, reduzindo a burocracia e agilizando o acesso a um serviço essencial.

14.11.2.3. Atendimento a Necessidades Comuns e Padronização:

14.11.2.4. A aquisição de glp é uma necessidade comum a inúmeros órgãos públicos. Ao permitir a adesão, viabiliza-se que outras entidades, especialmente aquelas com demandas similares no âmbito do Comando do Exército ou do Ministério da Defesa, possam se beneficiar das condições vantajosas já negociadas. Isso promove a padronização do serviço e assegura um padrão de qualidade uniforme, facilitando a gestão e o controle.

14.11.2.5. Alinhamento com as Diretrizes de Compras Compartilhadas:

14.11.2.6. A presente autorização está em plena consonância com as diretrizes governamentais que incentivam a utilização de sistemas compartilhados de compras. A adesão à Ata de Registro de Preços é um instrumento que fomenta a colaboração entre os entes públicos, potencializando os benefícios de uma única e bem-sucedida negociação.

14.12. Condições para a Adesão

14.12.1. A efetivação da adesão por parte de um órgão não participante ("carona") estará condicionada ao cumprimento rigoroso dos seguintes requisitos legais:

a) Justificativa da Vantagem: O órgão aderente deverá comprovar a vantagem econômica da adesão, demonstrando que os preços registrados na ata são compatíveis com os praticados no mercado, conforme o art. 23 da Lei nº 14.133/2021.

b) Consulta e Aceitação: A contratação dependerá da prévia consulta e aceitação expressa da Unidade Gerenciadora e do fornecedor beneficiário da Ata.

Vedação à Participação de Consórcio

14.13. Com base na faculdade conferida ao agente público no art. 15, inciso III, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e considerando a natureza do objeto licitatório, não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio neste certame.

14.14. A decisão de vedar a formação de consórcios está amparada em critérios técnicos e de gestão contratual, visando assegurar a eficiência, a segurança e a adequada execução do serviço. A decisão de não permitir a participação de consórcios está alinhada à estratégia de compras desta Administração, que busca a simplificação dos processos, a otimização da gestão contratual e a garantia de que o objeto seja executado por uma empresa com capacidade plena e comprovada. Tal medida visa, em última análise, assegurar a proposta mais vantajosa e o atendimento eficaz das necessidades do Hospital Militar de Resende.

Verificação de Assinaturas Digitais

14.15. Todas as assinaturas digitais que irão compor este processo serão aferidas com o verificador de conformidade do Padrão de Assinaturas Digital ICP-Brasil disponibilizado pelo ITI. O ICP_Brasil está em conformidade com a Resolução CG ICP-Brasil nº 182, de 18 de fevereiro de 2021 (DOC-ICP-15). O verificador afere a conformidade de assinaturas eletrônicas avançadas providas no âmbito da Plataforma gov.br, nos termos da Lei nº 14.063/2020, do Decreto nº 10.543/2020 e da Portaria Conjunta ITI/CC/PR SGD/SEDGG/ME nº 1/2021. Adoção de Forma Eletrônica.

14.16. O presente processo licitatório será realizado na modalidade Pregão Eletrônico e seus atos serão digitais, de forma a permitir que sejam produzidos, comunicados, armazenados e validados por meio eletrônico, de acordo com o Inciso VI do Art. 12º da Lei 14.144/21.

Acesso à Informação

14.17. Em observância aos preceitos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação - LAI), e em alinhamento ao princípio da publicidade, que rege os atos da Administração Pública, estabelecido no art. 37 da Constituição Federal, declara-se que não há necessidade de classificação de sigilo para este processo de contratação.

Da Natureza Comum do Objeto da Licitação:

14.18. Bens e serviços comuns, conforme definição constante do Art. 6º, inciso XIII da Lei 14.133/21, são “aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado”. Considerando a natureza comum do objeto da presente licitação, a mesma será processada sob a modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, cujo critério de julgamento será o MENOR PREÇO, conforme Art. 6º, inciso XLI da Lei 14.133/21.

Da Classificação do Termo de Referência como Sigiloso:

14.19. De acordo com a Lei de Acesso à Informação (LAI), regulamentada pelo Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012, todas as informações produzidas ou custodiadas pelo poder público são públicas e, portanto, acessíveis a todos os cidadãos. Como regra geral, a LAI estabelece que uma informação pública somente pode ser classificada como sigilosa quando considerada imprescindível à segurança da sociedade (à vida, segurança ou saúde da população) ou do Estado (soberania nacional, relações internacionais, atividades de inteligência). No caso concreto, as informações contidas no Termo de Referência não contêm dados que possam ser classificados como sigilosos.

Minuta de Edital e Anexos

14.20. Serão adotados os modelos nacionais disponibilizados pela Advocacia Geral da União. Catálogo Eletrônico de Padronização.

14.21. Em consulta ao link <https://www.gov.br/pncp/pt-br/catalogo-eletronico-de-padronizacao/itenspadronizados>, onde é possível consultar o catálogo eletrônico de padronização do governo, verifica-se que o mesmo disponibiliza para consulta somente os itens água mineral natural, sem gás, café e açúcar. Portanto, não atende ao objeto desta aquisição.

Plano de Logística Sustentável

14.22. O Plano Diretor de Logística Sustentável - PLS se caracteriza como instrumento de governança, vinculado ao planejamento estratégico do órgão ou entidade, ou instrumento equivalente, e às leis orçamentárias, que estabelece a estratégia das contratações e da logística no âmbito do órgão ou entidade, considerando objetivos e ações referentes a critérios de sustentabilidade, nas dimensões econômica, social, ambiental e cultural.

14.23. A presente contratação está alinhada com o Plano Diretor de Logística Sustentável - PLS do Hospital Militar de Resende.

Observância da Lei Complementar 123/2006

14.24. Considerando a natureza do objeto – fornecimento de GLP –, a legislação setorial (Resolução ANP nº 49/2016) restringe essa atividade a distribuidoras devidamente autorizadas pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis. Conforme demonstrado em impugnação do certame anterior, de mesmo objeto, a quase totalidade das empresas habilitadas perante a ANP não se enquadra no conceito de ME ou EPP, o que inviabiliza a competição em regime de exclusividade sem ferir o princípio da competitividade.

14.25. Diante disso, e com base no princípio da eficiência e na necessidade de garantir a ampla disputa entre os agentes economicamente capacitados para o fornecimento, não será estabelecida reserva de cota para ME/EPP neste certame. Somam-se a esses fundamentos as disposições do inciso II, do art. 10, do Decreto 8.538/2015, que autoriza a não aplicação da Cota Reservada de 25% (vinte e cinco por cento) quando o tratamento diferenciado para as ME/EPP puder representar prejuízo ao conjunto ou ao complexo do objeto, conforme previsto no inciso III, art. 48, da LC nº 123/2006. Dessa forma, assegura-se a conformidade com as normas regulatórias do setor e a legitimidade do processo licitatório.

Renovação da ATA

14.26. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

14.27. A prorrogação assegura estabilidade no fornecimento e execução dos serviços, reduzindo o risco de desabastecimento e descontinuidade, especialmente em contratos de fornecimento contínuo.

14.28. A renovação evita a realização de novas licitações a curto prazo, o que geraria custos administrativos e aumentaria o tempo necessário para a contratação de fornecedores.

14.29. A renovação do saldo remanescente dos quantitativos originalmente registrados na ata, poderá ser realizada visando maior economicidade, desde que atendidas as exigências estabelecidas no PARECER n. 00011/2025/CONJUR-MS/CGU/AGU.

14.30. No que tange ao interesse público, a renovação dos quantitativos na prorrogação da ARP permite à Administração Pública otimizar o uso dos recursos disponíveis, garantindo que as necessidades inicialmente previstas sejam atendidas de forma integral e contínua. A não renovação dos quantitativos poderia obrigar a Administração a realizar novos processos licitatórios para suprir a demanda, gerando ineficiência e possivelmente comprometendo a economicidade das contratações.

Divulgação do Edital e seus Anexos

14.30. A presente licitação seguirá os trâmites legais de publicidade no Diário Oficial da União (DOU), jornais de grande circulação e no Portal Nacional de Contratações (PNCP).

Observância do Decreto nº 10.193/2019

14.31. De acordo com o art. 2º da Portaria ME nº 7.828/2022, os itens objeto desta contratação, em virtude de suas características específicas, não são classificados como despesas de custeio, conforme definido no art. 3º do Decreto nº 10.193/2019.

16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

16.1. Justificativa da Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara viável esta contratação.

16.1. Justificativa da Viabilidade:

O Estudo Técnico Preliminar em pauta define adequadamente:

1. A necessidade do setor requisitante;
2. A solução escolhida para tornar possível o atendimento da demanda;
3. Os requisitos necessários para selecionar as melhores propostas e os fornecedores mais qualificados;
4. As características que os itens objeto da contratação devem possuir para atender a demanda do hospital, sem comprometer o caráter competitivo do futuro processo licitatório ou onerar indevidamente a Administração Pública;
5. Os possíveis impactos ambientais decorrentes da contratação. Em suma, o presente planejamento está de acordo com as necessidades técnicas e operacionais do Hospital. Os benefícios pretendidos são adequados, os custos previstos são compatíveis e caracterizam a economicidade e os riscos envolvidos são administráveis. Por fim, a equipe de planejamento informa que as pesquisas de preço apresentadas foram feitas por ela e atendem ao previsto na Instrução Normativa nº 65/2021/ME, de 07 de julho de 2021; e no “Guia de Orientação sobre Pesquisa de Preços” elaborado pelo 3º Centro de Gestão, Contabilidade e Finanças do Exército.

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ANDERSON GERHARDT MACIEL

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 22/04/2026 às 13:07:46.

ISAIAS DA SILVA NASCIMENTO

Membro da comissão de contratação